

**“Faltou Luz, Mas Era Dia”:
Por uma Abordagem Decolonial da Literatura**

**“The Power Went off, But it Was Day Light”:
Towards a Decolonial Approach to Literature**

Marcus Rodolfo Bringel de Oliveira

Mestrado em Literatura, Universidade de Brasília

Analista de Gestão Educacional, Secretaria de Educação, Brasília, DF, Brasil

 marcusbringel.unb@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2976-6061>

 <https://doi.org/10.29327/2206789.19.33-7>

 Publicado em acesso aberto sob uma licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) 

Resumo

Proponho-me a discutir possibilidades de abordagem da literatura a partir da perspectiva decolonial, a qual postula a revisão e a iconoclastia dos paradigmas de pensamento, os quais engendram os modelos acadêmicos de produção de conhecimento, além de produzir o efeito de dominação gnosiológica sobre as ciências e os saberes. Assim, no sentido do desenvolvimento de uma percepção crítica e de um questionamento da superação do cânone literário, busco questionar conceitos basilares da constituição dessa instituição e o seu papel norteador no currículo escolar. Para isso, apresentei noções gerais sobre o pensamento decolonial, principalmente na perspectiva de Walter D. Mignolo (2003; 2008; 2021b) e Aníbal Quijano (2010), com foco num enfrentamento da epistemologia ocidental e na desconstrução de valores tradicionais, bem como discutir problemas gerais da literatura no que se refere à manutenção e hegemonia de saberes. Por fim, propus uma leitura, com base nesses pressupostos, da canção “O que sobrou do céu”, do grupo O Rappa, em que abordei conceitos caros à visão decolonial, sugerindo uma chave de leitura que permita encarar novas possibilidades de produção artística como repertório literário, afastando-se do sacramentado pelo cânone literário e propondo visadas outras sobre a instituição “literatura”.

Palavras-chave: decolonialidade, literatura, cânone, o Rappa

Abstract

I propose to discuss possibilities to approach literature from a decolonial perspective, which postulates the revision and iconoclasm of thought paradigms, which engender academic models of knowledge production, in addition to producing the effect of gnosiological domination over the sciences and knowledge. Thus, in the sense of developing a critical perception and questioning the overcoming of the literary canon, I seek to question the basic concepts of the constitution of this institution and its guiding role in the school curriculum. For this, I presented general notions about decolonial thinking, mainly from the perspective of Walter Mignolo (2003; 2008; 2021b) and Anibal Quijano (2010), focusing on confronting Western epistemology and deconstructing traditional values, as well as discussing general problems literature regarding the maintenance and hegemony of knowledge. Finally, I proposed a reading, based on these assumptions, of the song “What remained of the sky”, by the group O Rappa, in which I discussed concepts dear to the decolonial vision, suggesting a key to the interpretation that allows us to face new possibilities of artistic production such as literary repertoire, moving away from the sacrament of the literary canon and proposing other approaches to the institution of “literature”.

Keywords: decoloniality, literature, canon, o Rappa

Recebido em 14/11/2022

Aceito em 09/02/2023

Publicado em 31/03/2023

Introdução

Este texto representa um esforço de leitura que se baseia na visão decolonial como forma de aproximação do texto literário e como crítica à instituição do cânone, particularmente no Brasil. Assim, procuro apresentar, inicialmente, uma abordagem da teoria decolonial, principalmente na voz de autores como Walter Mignolo e Anibal Quijano, sobre a literatura, seu valor na sociedade, a instituição e a valorização de suas produções modelares e a desconstrução desses paradigmas a partir de uma percepção crítica que demonstre as relações de poder subjacentes à eleição e à reprodução das obras literárias desse panteão.

Em segundo momento, pretendo desenvolver uma leitura da canção “O que sobrou do céu”, do grupo O Rappa, a partir dos pressupostos do decolonialismo, de maneira a demonstrar como essa letra apresenta um ponto de vista que busca elevar epistemes populares e valores não-ocidentais como crítica a alguns dos principais símbolos da modernidade e do sistema capitalista. Enfim, finalizo a discussão exortando possibilidades de leitura literária que legitimem sujeitos, produções e perspectivas outrora marginalizadas com foco na pluralização de possibilidades artísticas.

Decolonialidade e Literatura

A decolonialidade é a denominação de uma corrente de pensamento cujo foco reside no questionamento de paradigmas epistemológicos e cognitivos que formam a linha de pensamento ocidental predominante. Este é resultado de um processo de dominação cultural, econômica, política e filosófica que faz parte da história da colonização e do imperialismo dos países da Europa sobre a América Latina, África e Ásia e dos efeitos mentais e epistêmicos dessa colonização mesmo após o fim do jugo político produzido pela independência desses países. A perspectiva decolonial, portanto, opõe-se a uma ilusão de mundo baseada na *epistemologia do ponto zero*, situação em que o pensamento ocidental foi forjado (e imposto) como se fosse atemporal, ao esconder “suas próprias localizações geo-históricas e biográficas” e conseguir “criar a ideia de conhecimento universal, como se os sujeitos conhecedores também fossem universais” (Mignolo, 2021b, p. 26).

Essa noção, portanto, volta-se a uma leitura de mundo que priorize uma revisão do passado, uma agência no presente e uma proposta de futuro para os países do Sul (particularmente, nesse caso, os da América do Sul), de forma a produzir formas de pensamento e de agir que transgridam as conceituações brancas, eurocêntricas, masculinas e cristãs, vistas, até então, como modelares para o ambiente acadêmico. Como tal, embora tenha se constituído como um movimento de resistência e revisão acadêmica nos últimos anos, a decolonialidade pode ser encontrada em autores anteriores, que já pensavam numa perspectiva além da aceitação e reprodução dos modelos cartesianos ou dos binarismos constitutivos das sociedades globais, numa “revolta intelectual contra essa perspectiva é contra esse modo eurocentrista de produzir conhecimento [que] nunca esteve exatamente ausente, particularmente na América Latina”, constituída por vozes que vêm de “áreas dominadas e dependentes do mundo capitalista, (...) a partir das margens” (Quijano, 2010, p. 1245-1246). Assim, unem-se, sob essa forma epistemologicamente iconoclasta de refletir sobre a realidade, autores cuja origem comum e motivadora é “a ferida colonial, o fato de que regiões e pessoas ao redor do mundo foram classificadas como subdesenvolvidas, econômica e mentalmente” (Mignolo, 2021b, p. 27). Essa possibilidade filosófica instala um desequilíbrio essencial nas relações de poder, ser e saber, as chamadas “colonialidades do poder” que são a

imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e [que] opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e de escala societal (Quijano, 2010, p. 1243).

Tal imposição econômica e geopolítica e, por consequência, seus reflexos sociais, antropológicos e artísticos representam o projeto de modernidade como fruto da colonialidade nas mais diferentes esferas da existência, como no campo do trabalho, do controle social, da sexualidade e expressão de gênero, resultantes que são do processo de periferação, hierarquização e produção de uma dinâmica capitalista integrada ao pensamento dominante, pois, como ressalta Ballestrin (2013, p. 104), “a diferença colonial é cúmplice do universalismo, sexismo e racismo”. Reitera-se, com esse posicionamento intelectual, que a suposta *racionalidade europeia* “foi imposta e admitida no conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida e como emblema da modernidade” (Quijano, 2010, p. 1244).

Tendo em vista o foco dessa teoria na questão da produção do conhecimento, da reprodução de estruturas de cognição e reflexão sobre a realidade, a avaliação da literatura e da instituição do seu cânone parece configurar-se como o espaço, por excelência, de desenvolvimento, aprofundamento e experimentação de uma maneira de pensar para além da colonialidade, na busca de “traçar outra genealogia do argumento pós-colonial” (Ballestrin, 2013, p. 106). Nesse sentido, a teoria decolonial vai além das outras teorias de desconstrução surgidas principalmente no século XX, pois ela, “ao desprender-se da tirania do tempo como marca categorial da modernidade, escapa também das armadilhas da pós-colonialidade”, opondo-se à “tendência geral [de] entender o pensamento construído a partir da história e da experiência europeia como se estivesse deslocalizado” (Mignolo, 2008). Ao contrário,

todos os conhecimentos são situados e cada conhecimento é construído, (...) pois o conhecedor está sempre implicado, geopolítica e corpo-politicamente, no que é conhecido, embora a epistemologia moderna tenha conseguido ocultar ambos e criar a figura do observador separado, um buscador neutro da verdade e objetividade que, ao mesmo tempo, controla as regras disciplinares e se coloca em uma posição privilegiada para avaliar e ditar (Mignolo, 2021b, p. 26-28).

Relacionando a perspectiva decolonial à literatura, percebe-se a linguagem como parte do processo de colonialidade, ou seja, de dominação e opressão sobre os seres, os pensamentos, os saberes e as expressões do viver, pois “a linguagem também hierarquiza e engendra em seu bojo mecanismos de poder, na medida em que ela articula

e está articulada pelas significações forjadas no seio de uma dada cultura, no interior da qual (...) as ideologias estão operando para garantir a dominação social” (Reis, 1992, p. 67). A partir dessa perspectiva crítica, portanto, procura-se desconstruir a visão da língua como um contínuo homogêneo, uno, coeso e atemporal, abordando-a no sentido de perceber as violências e as imposições que a instituição de uma língua como modelar representa, seja em termos históricos (com seus apagamentos e silenciamentos), seja em termos culturais (ao relegar outros exemplares a uma posição subalterna e minoritária). Nesse aspecto, discute-se o papel do cânone literário como exemplar desse processo de hegemonia, de forma que se deve pensar na sua reprodução, nos mais diversos meios, através de uma ótica que elucide o intercâmbio entre “a dominação cultural e a situação de desfavorecimento social, linguístico, cultural e econômico” (Rocha, 2019, p. 15).

A escola, os veículos da mídia, as bibliotecas e as academias literárias, por exemplo, dentro dessa perspectiva de dominação intelectual, atuam como mantenedoras e reprodutoras das relações de poder, em nível material e/ou epistemológico, em que se focalizam “conteúdos centrados nas culturas europeias como universal e descartam os saberes indígenas, de origem africana e das mais diversas culturas subalternas” (Machado & Silva, 2021, p. 1208-1209). Dessa maneira, ainda que, legalmente, todos os públicos e povos brasileiros tenham sido incluídos numericamente nesses espaços, nem sempre foi possível abordar suas experiências e os conteúdos oriundos de sua realidade na prática, impedindo-os, dessa forma, de se verem dentro do processo de produção e reprodução de conhecimento, não oferecendo, portanto, “condições de permanência aos grupos antes excluídos e que continuam à margem dos processos, pela negação de suas cosmogonias” (Machado & Soares, 2021, p. 993).

Ainda que, nos últimos anos, tenha se visto uma tentativa, identificada como multicultural, de apresentar autores e ideias marginalizadas pelo pensamento ocidental dominante, ela se trata de “uma ponte unilateral em que só há uma passagem que leva de um caminho a outro e nunca uma troca em dois ou múltiplos vetores” (Machado & Silva, 2021, p. 1216). Esse projeto serve, na verdade, a “uma estratégia do mundo moderno colonial [de] incluir os anteriormente deixados de fora dentro de um modelo globalizado de sociedade”, cuja função última é “controlar os possíveis sujeitos potencialmente rebeldes” através de um discurso inclusivo que se vende como plural, mas que funciona apenas como “o desejo de controlar o conflito étnico e manter a estabilidade social para

impulsionar os imperativos econômicos do neoliberalismo, da acumulação capitalista” (Machado & Soares, 2021, p. 994).

A proposta decolonial, diante dessa realidade, propõe justamente uma revisão e uma desconstrução das bases gnosiológicas mais arraigadas, com foco na democratização real dos saberes e no acesso amplo e irrestrito às ideias subalternizadas e silenciadas, resultando na quebra das “estruturas, dos dispositivos e dos mecanismos de poder institucional que mantêm os padrões de desigualdade” (Machado & Soares, 2021, p. 995). Com efeito, procura-se rechaçar a permanência de uma cultura que “tende a impor um padrão universalizante aos objetos de conhecimento com os quais constrói os currículos, desconsiderando as experiências culturais que fogem ao paradigma hegemônico” (p. 997). Entendemos, nesse sentido, ser essencial repensar o papel da literatura, como refúgio agônico do conservadorismo educacional que é, no caminho de uma “compreensão da leitura como ferramenta para a plena democratização cultural, possibilitando a distribuição equitativa dos bens simbólicos” (p. 996).

Para Além do Cânone: Releituras e “Re-Existências”

No que se refere à reprodução dos modelos e das perspectivas ocidentais, o ensino da literatura nas escolas brasileiras e o currículo são dominados pelo apego ao cânone e pela repetição de características estilísticas correspondentes aos momentos literários homogeneizados e reiterados como os mais significativos da produção literária desde a chegada dos portugueses ao Brasil. Nesse sentido, entende-se por cânone literário brasileiro a entidade simbólica composta pelas obras literárias consagradas pela crítica e entendidas como basilares para a compreensão da literatura através do foco periodicizante ratificado por essa mesma tradição de ensino brasileira. Como resultado dessa ótica, “o ensino da literatura do ensino médio, especificamente, com sua articulação com os exames vestibulares, de modo geral reforça uma reverência a valores canônicos assumidos institucionalmente pelos programas de exames” (Ginzburg, 2004, p. 98).

Assim entendido, cabe compreender o cânone como representação de uma visão conservadora para essa arte no Brasil que seleciona, antes de tudo, um viés discursivo sobre a constituição e a história do Brasil como nação, contendo idealizações, estereótipos, silenciamentos e inferiorização de situações e personagens constituintes das produções literárias. Jaime Ginzburg (2004) ressalta o papel dessa instituição literária

como autoritária, num “esforço de conservação de valores que consolida barreiras sociais, em vez de ampliar o acesso às obras”, tendo em vista que se legitima uma “postura elitista de ensino” (p. 106) que afasta, pela manutenção de certos elementos e pela exclusão de outras realidades possíveis, a maioria dos leitores de uma possível identificação. O cânone, dessa maneira, prioriza “uma conexão entre os critérios de exclusão estética e as experiências de exclusão social” (p. 99), na qual “a educação escolar e universitária tem servido, de modo geral, a interesses conservadores voltados para a manutenção ou acentuação da desigualdade social” (p. 107), representando, de modo evidente, valores literários “diretamente articulados com referências de perseguição, preconceito, marginalização e exclusão dos segmentos sociais” (p. 106).

Um olhar decolonial sobre o cânone e seus agentes postula, de imediato, a percepção da “exclusão de diversos grupos sociais, étnicos e sexuais” (Reis, 1992, p. 72), bem como a insistência de obras componentes de tal acervo que não representam culturas diferentes do Ocidente, delineando possibilidades de leitura que, para além do problema do cânone em si, desenredem “os emaranhados vínculos com as malhas do poder” (p. 73) presentes na eleição de certos valores, temas e títulos literários. Nessa perspectiva, o cânone deve ser abordado como parte de um “cenário de ideologias nacionais que associam língua, literatura, cultura e território para a constituição de um todo homogêneo” em que “os modelos teóricos para o estudo das línguas [foram] construídos em cumplicidade com a expansão colonial” (Mignolo, 2003, p. 300). Tal direcionamento ideológico é resultado da lógica colonial de dominação e opressão fundante da América Latina como um todo, que se orienta para uma epistemologia própria, em que “as línguas são conceitualizadas em relação ao controle colonial e às ideologias nacionais, por um lado, e ao conhecimento e à razão, por outro” (Mignolo, 2003, p. 300).

Nesse sentido, a produção literária e, particularmente, aquela pertencente ao cânone tradicional estava diretamente ligada à “construção de comunidades imaginadas homogêneas [cuja] crença numa língua nacional, ligada a uma literatura nacional (...) relacionava-se também com a ordem geopolítica e as fronteiras geográficas. Língua e literatura faziam parte de uma ideologia de Estado” (Mignolo, 2003, p. 299). Dessa forma, é possível pensar na eleição das obras constituintes do cânone como representação explícita da colonialidade do poder que é – ou seja, como forma de controle fruto da dominação colonial tanto em nível material quanto epistêmico –, em que a língua e suas

expressões, sendo uma delas a literatura, “vêm sendo entrelaçadas para produzir os mapas linguísticos, as geografias históricas e as paisagens culturais do sistema mundial colonial/moderno” (Mignolo, 2003, p. 305). Opera-se, dessa maneira, num contexto em que “a epistemologia e as tarefas gerais implicadas na produção de conhecimento” contribuem “para a reprodução dos regimes de pensamento coloniais” em termos de “experiências vividas da colonização e seus impactos na linguagem” (Machado & Soares, 2021, p. 989).

A partir da possibilidade teórica do decolonialismo, cabe pensar em como se pode atuar no sentido da mudança e no despertar para o problema epistemológico revelado por essa teoria. Dentro do entendimento de que “a experiência afetiva da marginalidade social – como ela emerge em formas culturais não canônicas – transforma nossas estratégias críticas” (Bhabha, 2019, p. 276), instaura-se a possibilidade de pensar formas de agir sobre a realidade. Pode-se partir de uma revisão sobre a suposta naturalidade do conhecimento ocidental, de forma a assumir uma posição que “nos torna progressivamente conscientes da construção da cultura e da invenção da tradição” (p. 277), trabalhando não só “uma mudança de conteúdos e símbolos culturais”, mas “uma revisão radical da temporalidade social na qual histórias emergentes possam ser escritas” (p. 276). Tais propostas de enfrentamento epistemológico constituem a ideia de uma *agência*, no sentido de ação consciente, transformadora e iconoclasta, sobre o contexto, de maneira a tornar protagonistas sujeitos subalternizados, os quais “se vejam incluídos não apenas através de documentos oficiais (...) e sim através de práticas (...) transgressoras ou libertadoras” (Machado & Soares, 2021, p. 983).

Outrossim, Walter Mignolo (2003) ressalta que, além da percepção do papel da literatura e do cânone como ferramentas de dominação, para uma atitude potencialmente questionadora da tradição da literatura, deve ser buscado o enfrentamento radical das categorias da realidade (mas também pertencentes à literatura) acerca das “ideias e princípios nacionais sobre a pureza da linguagem, a homogeneidade da literatura e o caráter distinto das culturas nacionais” (p. 313). De fato, inquirir o cânone em pleno século XXI representa uma posição de enfrentamento aos “fortes elos entre língua, literatura e território, concebidos como uma configuração neutra do século XIX, [que] estão sendo constantemente desatados por transformações sociais e também por práticas culturais” (p. 320). Com efeito, numa perspectiva decolonial, divergente e transgressora, portanto, é essencial a compreensão da reverberação das heranças coloniais ainda presentes nas

relações e nos confrontos tendo, por espaço de agência, a educação, a mídia e “em todos os espaços possíveis onde e quando a ‘cultura’ se transforma em questão de poder, dominação e liberação” (p. 320).

Assim sendo, tais instituições da sociedade devem ser vistas como parte da manutenção do *status quo* em sua cristalização de normas e regras que identifica o grupo dominante cuja linguagem é a ensinada, ao mesmo tempo em que (re)produzem o efeito da produção das diferenças, demarcando hierarquias e sistemas de poder ao excluir e inferiorizar outras expressões linguísticas e, portanto, seus grupos falantes. Dessa forma, a agência diante desse contexto, a partir de uma atitude decolonial, permite repensar o currículo, as obras canônicas, o ensino da gramática tradicional e as produções textuais modelares por meio das experiências e vivências específicas dos grupos sociais, por exemplo, elevando expressões locais, periféricas e marginalizadas ao status de saber válido, num “movimento transdisciplinar [que] implica reconhecer a ecologia dos saberes ou pluralismo epistêmico” (Duboc, 2021, p. 153). É nesse sentido que se pode formar

um currículo compromissado com as demandas locais, sobretudo as que dizem respeito à parcela de estudantes marcados pela invisibilidade e subalternidade (...) [em que há a] emergência da capacidade agentiva do professor na coletividade e no senso de pertencimento à sua comunidade profissional (Duboc, 2021, p. 169).

Pode-se compreender, então, a decolonialidade como um esforço no sentido de repensar padrões ao “incorporar o conhecimento produzido fora dos centros hegemônicos, os assujeitados no processo de colonialidade (negros, mulheres, indígenas, LGBTIs, populações de classes trabalhadoras, dentre outros” (Machado & Soares, 2021, p. 991). Possibilita-se, nessa ótica de desconstrução dos padrões epistêmicos, a pluralização de saberes, assuntos e sujeitos, de forma que os outrora oprimidos e silenciados emergem como “pensadores, criadores, ativistas” num processo que reivindique a convivência “das múltiplas manifestações culturais representativas da sociedade” (p. 996).

Um Exercício de Leitura Decolonial da Literatura

Pensando o trabalho de leitura literária a partir da perspectiva decolonial, “a questão do outro e da diferença” (Silva, 2019, p. 97) torna-se matéria principal, em que as estratégias de aproximação da literatura devem se voltar para origens de saber outrora

silenciadas e ressaltar valores até então apagados pela ordem de pensamento ocidental. Nessa perspectiva, portanto, procura-se focalizar essa alteridade epistemológica como a base das estratégias de ensino, de modo que se devem “estimular, em matéria de identidade, o impensado e o arriscado, o inexplorado e o ambíguo, em vez do consensual e do assegurado, do conhecido e do assentado” (Silva, 2019, p. 100). No escopo da discussão aqui apresentada, elegi uma canção do final do século XX como forma de atualização do literário, de modo a aproximar e renovar uma instituição vista como anacrônica e distante da expressão cotidiana, que ainda traz a contrapartida musical como elemento artístico. Deve-se considerar ainda que “as canções são um bem cultural de consumo e a elas podemos atribuir o papel de porta-voz de anseios e memórias que circulam em sociedade” (Cyntrão, 2004, p. 57-58), o que justifica seu uso irrestrito e produtor como recurso em termos de matéria literária.

De forma a ilustrar essa retomada de saberes, experiências, vivências e conhecimentos numa perspectiva decolonial, para o exercício de investigação literária, em termos estéticos e temáticos, por exemplo, sugiro pensar tal proposta de trabalho a partir da música “O que sobrou do céu”²⁸, da autoria de Marcelo Yuka. Este é um grupo que produz um trabalho musical que, a partir de uma base de reggae, mescla diversos gêneros, como rock, hip-hop, rap, dentre outros, formado principalmente por homens negros, inicialmente composto, além do próprio Marcelo Yuka, por Marcelo Falcão, Xandão Menezes e Marcelo Lobato.

A canção “O que sobrou do céu” pertence ao álbum lançado em 1999 “Lado B Lado A”, sendo o terceiro do grupo. Foi um dos seus maiores sucessos, apresentando um projeto gráfico criado pelo artista Doze Green, a partir de referências do grafite e do hip-hop, além de canções – a maioria assinada por Marcelo Yuka – que trazem críticas sociais ao comodismo, à injustiça social, bem como uma postura política de embate à manutenção das estruturas sociais e das formas de pensamento dominantes, presente em canções como “Minha alma (a paz que eu não quero)”²⁹, que apresenta um diálogo direto com “O que sobrou do céu”. Ambas as canções posicionam-se de modo crítico diante do sistema de opressão ocidental, baseado em violências institucionais, racismo e silenciamento das oposições ao modelo capitalista de vida e trabalho. Esse trabalho volta-se, dessa forma, a perscrutar possibilidades de um processo de decolonização, que se

²⁸ Clipe oficial disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kab3hBdmVoo>

²⁹ Clipe oficial disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=vF1Ad3hrdzY>

coloca inicialmente ao optar, em paralelo a obras já canonizadas, por uma canção de um grupo de reggae como exemplar literário, num movimento de valorização de produções e expressões artísticas não-canônicas.

<i>Faltou luz, mas era dia</i>	<i>Um chá pra curar esta azia</i>
<i>O sol invadiu a sala</i>	<i>Um bom chá pra curar esta azia</i>
<i>Fez da TV um espelho</i>	<i>Todas as ciências de baixa tecnologia</i>
<i>Refletindo o que a gente esquecia</i>	<i>Todas as cores escondidas nas nuvens da</i>
<i>Faltou luz, mas era dia, dia</i>	<i>rotina</i>
<i>Faltou luz, mas era dia, dia, dia</i>	<i>Pra gente ver</i>
<i>O som das crianças brincando nas ruas</i>	<i>Por entre os prédios e nós</i>
<i>Como se fosse um quintal</i>	<i>Pra gente ver</i>
<i>A cerveja gelada na esquina</i>	<i>O que sobrou do céu</i>
<i>Como se espantasse o mal</i>	

A letra da canção trata, a partir do próprio título, do apagamento, do esquecimento e da invisibilização não só dos seres, mas também dos saberes e poderes marginalizados e periféricos produzidos pelo projeto de modernidade fruto dos estertores do colonialismo. Numa perspectiva que opõe os elementos da natureza (“o céu”) com os itens produzidos pela modernidade ocidental (“os prédios”), o título/verso da música ressalta a necessidade de ler/ver por entre as frestas da modernidade, ao olhar de modo ascendente ou transversal (“por entre os prédios e nós”), para vislumbrar o que sobra do céu, ou seja, dos elementos originais da natureza e, dessa maneira, de outras epistemes e recursos apagados ou domesticados pelo capitalismo.

Assim, a canção se inicia com a suspensão de um dos símbolos da modernidade, a luz elétrica (“Faltou luz, mas era dia:/O sol invadiu a sala”), e, com sua suspensão, ao invés do apagamento e fim das experiências, produzem-se novas possibilidades ao instalar-se a iluminação em sua forma natural, mas quase esquecida devido às modernidades: o sol. Nesse sentido, todos os outros elementos já componentes da construção do cotidiano ocidental, dependentes da luz elétrica, passam a perder sua função original, produzida pela dinâmica capitalista de compra e diversão, servindo como uma retomada da uma realidade obliterada pela modernidade e refletindo o real em sua forma mais pura: “Fez da TV um espelho/Refletindo o que a gente esquecia”. A TV, então, como artefato da modernidade que produz perspectivas sobre a realidade, por meio das mídias, compostas por recortes e interpretações sobre o mundo – o “vídeo coagido”

presente na letra de “Minha paz” –, deixa de produzir imagens para refletir, de modo invertido como um espelho e visualmente obscurecido pela própria tecnologia fora de uso.

Então, um sentimento de comunidade apresenta-se entre as pessoas, demonstrado pelas “crianças brincando nas ruas como se fosse um quintal”, que demarca essa saída do espaço privado para o público (da casa para a rua) e um público-privado tornado coletivo, evocando e transformando o asfalto do moderno numa simulação de um espaço mais próximo da intimidade (a rua como um quintal). Nessa mesma tônica, a rua, como símbolo já consagrado da modernidade, é ressignificada ao ser tomada não por carros ou outros ícones da tecnologia, mas pelas crianças e suas brincadeiras, no avesso da poética de Baudelaire.

Segue, depois, o aspecto que mais se aproxima de uma visada decolonial, que se encontra nos versos: “Todas as ciências de baixa tecnologia”, em que se elevam os saberes populares à categoria de ciência (“Um chá pra curar essa azia/Um bom chá pra curar azia”), legitimando, pois, “as epistemes historicamente subjugadas” ao “[reconhecer as] epistemes fundamentadas noutras bases culturais” (Duboc, 2021, p. 153). Nesse sentido, as formas de conhecimento produzidas pela matriz ocidental foram responsáveis pelo apagamento, quando não exploração, de outras possibilidades de domínio e compreensão da realidade. Ao alçarem-se os saberes das classes populares – como “o saber de pura experiência feito, (...) saberes socialmente construídos na prática comunitária” (Freire, 2020, p. 31) –, releva-se o valor desses elementos resultantes de vivências resistentes à ocidentalização. Desse modo, o autor opõe-se à alopatia e à própria estrutura capitalista de produção farmacêutica, tendo em vista que estas foram elaboradas e formalizadas como “um modo de produzir conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo” (Quijano, 2010, p. 1244).

É justamente essa opção decolonial do eu lírico e, portanto, transgressora, que permite a concepção de novas ideias, novos sentidos, novas experiências e novas realidades, representadas na canção pelo verso “Todas as cores escondidas nas nuvens da rotina”. Aqui, coloca-se, devido à suspensão da ordem capitalista tornada rotineira, o hiato que abre a fresta para o real, que possibilita vislumbrar ou entender cores até então escondidas, porque não vistas ou não entendidas pelo sujeito mediado pelo *ego cogito*:

Surge, então, o exercício decolonial como exercício de questionamento ontológico da modernidade, cujas narrativas universalizantes e normatizadoras pautadas no progresso, na civilização, no desenvolvimento e na salvação são tomadas como ficções, devendo, portanto, ser refutadas (Duboc, 2021, p. 160).

Por fim, a letra ressalta os despojos do projeto capitalista, em que o sujeito se vê ilhado em meio aos símbolos da modernidade, na tentativa de alcançar, resgatar ou fixar as possibilidades ainda não tomadas ou apenas ignoradas pela lógica modernizadora: “Pra gente ver/Por entre os prédios e nós/Pra gente ver/O que sobrou do céu”. É nesse espaço que cabe pensar as possibilidades dos sujeitos, imbuídos de uma percepção outra da realidade, como agentes da sua própria experiência, podem, então, produzir novos sentidos para essa realidade. Procura-se, nesse sentido, “explorar as possibilidades de perturbação, transgressão e subversão” da existência, “de modo [a] desestabilizá-la, denunciando seu caráter construído e sua artificialidade” (Silva, 2019, p. 100).

Considerações Finais

Dessa maneira, a abordagem da literatura no momento atual pode apresentar-se sob duas perspectivas. A primeira é a da revisão do cânone literário, analisando as produções artísticas numa leitura que ressalta os problemas da lógica colonial, da dominação linguística, cultural e epistemológica, possibilitando estratégias que ressaltem as problemáticas associadas à tradição e aos seus reflexos na instituição do cânone, tendo em vista que “neste momento a história exige ‘uma outra língua’ e ‘um outro pensamento’ fundado na diferença colonial e não nos territórios nacionais e imperiais” (Mignolo, 2003, p. 339).

A segunda, conforme o exemplo apresentado, demonstra a possibilidade de renovação do conceito de literatura a partir da inserção de novas vozes e novas narrativas sobre o Brasil, seja na forma de diálogo e referência com as obras já canonizadas, seja na adição de novas produções de diferentes produtores que subvertem o discurso hegemônico e colonial, de maneira que se examinem conceitos como “a ‘pureza das línguas’ e que reconheçamos a importância de línguas milenares (...) antes relegadas à condição de segunda classe (...)”, bem como se questione “a importância de línguas eliminadas sob a bandeira da nação” (Mignolo, 2003, p. 337). A canção do grupo O Rappa responde, em larga medida, às questões suscitadas por esse projeto decolonial, ao posicionar-se como um grupo de música entendida como periférica, trazendo uma releitura dos signos da modernidade em direção às possibilidades de superar valores

ocidentalizados, suspender sua influência sobre a vida cotidiana e ressaltar experiências enubladas pela ocidentalização da vivência e dos saberes.

Abre-se, então, espaço para o exame de produções literárias apagadas pelo legado colonial, ausentes de coletâneas e manuais de periodização literária, de modo que outros sujeitos se vejam contemplados pelas experiências e visões de mundo ali apresentadas, além da linha histórico-literária cristalizada pela colonialidade do saber, poder e ser da epistemologia eurocêntrica:

Antropófagos, bárbaros, canibais, índios, selvagens, colonizados, nativos, indígenas, dominados, subalternos, escravos, marginalizados, submergidos, monstros, “povos sem história, a lista com que se denominam ou qualificam alguns dos “personagens” da história latino-americana – heróis ou vilões, de acordo com quem conta a história – poderia continuar por um bom tempo. Substantivos e qualificativos que, não sendo necessariamente sinônimos, evocam arquivos, filiações, narrativas, tradições e perspectivas diferentes. (Achugar, 2006, p. 30).

Assim, pode-se, na atualidade e diante dessa perspectiva decolonial, recuperar histórias e inserir novas vertentes que perfazem uma nova história da literatura e apresentem novas obras para um novo cânone, ligadas a esses sujeitos outrora silenciados e apagados e aos seus pontos de vista diante do passado, presente e futuro do Brasil. Dessa maneira, a representação de grupos minoritários e as novas possibilidades de representação evocadas por esses novos sujeitos “envolvem o tema dos múltiplos sujeitos” e “relaciona-se (...) com a gramsciana tensão entre hegemonia e subordinação” (Achugar, 2006, p. 34), e contribuem para “a recuperação das histórias locais como produtoras de conhecimentos que desafiam, substituem e deslocam as histórias e epistemologias globais” (p. 28).

Em síntese, este trabalho procurou pensar o conceito de decolonialidade em oposição ao cânone literário tradicional, ressaltando a desobediência epistemológica como base de reflexão, em direção a uma interpretação outra da realidade que valorize as reflexões não-eurocênticas dessa perspectiva. Procurou-se, ainda, refletir sobre a instituição da literatura em termos teóricos e práticos, tentando colocar em xeque questões elementares que, muitas vezes, fazem parte do processo de canonização dos textos literários, objetivando uma transgressão intelectual que revise e questione “os modelos de teoria e crítica literária aplicadas ao ensino, o papel do cânone na formação do leitor, a posição política do mediador de leitura e a supremacia dos parâmetros acadêmicos na legitimação das formas de convivência com o texto literário” (Machado & Soares, 2021, p. 998). Como corolário, procurei desenvolver uma aproximação da canção

“O que sobrou do céu”, de Marcelo Yuka, através dos pressupostos aqui discutidos, em busca de um trabalho com o texto literário que utilize a decolonialidade como estratégia didática, tanto na escolha da obra fora do cânone literário, quanto numa abordagem que explore leituras de mundo além do dado pela estrutura epistemológica ocidental, entre outras maneiras, de modo a ampliar a leitura do literário para além dos modelos já cristalizados, com foco na superação dos paradigmas tradicionais e na abertura a novas leituras e a novas produções literárias.

Referências

Achugar, H. (2006). Sobre o “balbucio” teórico latino-americano. Em H. Achugar (Ed.). *Planetas sem boca: Escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*, (pp. 27-52). Editora UFMG.

Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89-117.

Bhabha, H. (2019). O pós-colonial e o pós-moderno: A questão da agência, (pp. 275-313). Em H. Bhabha (Org.). *O local da cultura*. Editora UFMG.

Cyntrão, S. H. (2004). *Como ler o texto poético: caminhos contemporâneos*. Plano Editora.

Duboc, A. P. M. (2020). Atitude decolonial na universidade e na escola: Por uma educação outra. Em M. R. Mastrela-de-Andrade (Ed.). *(De)colonialidades na relação escola-universidade para a formação de professoras(es) de línguas*, (pp. 151-177). Editora Pontes.

Freire, P. (2020). *Pedagogia da autonomia*. Paz e Terra.

Ginzburg, J. (2004). Cânone e valor estético em uma teoria autoritária da literatura. *Revista de Letras*, 44 (1), 97-111.

Machado, R., & Silva, D. (2021). Ensino de literaturas e decolonialidade: Por uma educação literária democrática. *Gragoatá*, 26(56), 1207-1240.

Machado, R., & Soares, I. (2021). Por um ensino decolonial de literatura. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 21(3), 981-1005.

Mignolo, W. (2003). “Uma outra língua”: Mapas da linguística, geografias literárias, paisagens culturais. Em W. Mignolo (Org.). *Histórias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*, (pp. 297-339). Editora UFMG.

Mignolo, W. (2008). El pensamiento decolonial: Desprendimiento e apertura, un manifesto. *Tabula Rasa*, 8, 243-281. <https://dialnet.unirioja.es/articulo/5468282.pdf>

Mignolo, W. (2021b). Desobediência epistêmica, pensamento independente e liberdade colonial. *Revista X*, 16(1), 24-53.

Quijano, A. (2010). Colonialidade do poder e classificação social. Em B. Sousa Santos & M. P. Meneses (Eds.). *Epistemologias do Sul*, (pp. 1243-2034). Cortez Editora.

Reis, R. (1992). Cânon. Em J. L. Jobim (Ed.). *Palavras da crítica: Tendências e conceitos no estudo da literatura*, (pp. 65-92). Imago.

Rocha, C. H. (2019). Educação linguística na liquidez da sociedade do cansaço: O potencial decolonial da perspectiva translíngue. *DELTA*, 35(4), 1-39.

Silva, T. T. (2019). A produção social da identidade e da diferença. Em Silva, T. T. (Ed.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*, (pp. 73-102). Editora Vozes.